

# Contributos para uma antropologia da policrise:

cálculo humano de bem-estar,  
necessidades humanas  
e vidas sustentáveis

Patrícia Alves de Matos, CRIA – ISCTE –  
Instituto Universitário de Lisboa, NOVA –  
FCSH-UNL, patricia.matos@iscte-iul.pt,  
p.matos@fcsch.unl.pt

O termo "polycrise" foi cunhado pelos teóricos da complexidade de Edgar Morin e Anne Brigitte Kern há cerca de duas décadas. Segundo estes autores, a questão mais premente do nosso tempo não era uma ameaça singular, mas sim a "complexa inter-solidariedade de problemas, antagonismos, crises, processos incontroláveis e a crise geral do planeta" (Morin e Kern 1999, p. 74). Na década de 2010, académicos e líderes europeus — em particular o então Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker — adotaram o termo para se referirem às crises migratórias, financeiras e do Brexit que então, como hoje, afetam a Europa. Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, Adam Tooze, da Universidade de Columbia, e investigadores do Cascade Institute utilizaram o termo "polycrise" para caracterizar as interações complexas entre os efeitos da guerra, as alterações climáticas e a pandemia (Lawrence et al., 2022; Tooze, 2022).

Segundo Adam Tooze, estamos a viver uma situação global sem precedentes, caracterizada por desafios ecológicos, económicos, sociais e de saúde interligados e cumulativos. Esta era de policrise resulta, em grande medida, da produção radical de incerteza decorrente de uma série de projetos de modernização falhados focados no imperativo do crescimento económico contínuo. Segundo o autor, na década de 1970, ainda era possível identificar uma única causa para as aceleradas mudanças nos domínios económico, social, ecológico e político, como por exemplo a ascensão e consolidação da doutrina neoliberal. Atualmente, porém, a identificação de uma causa e de uma solução únicas tornou-se muito mais complexa. O conceito de policrise, tal como definido por Tooze, tem sido alvo de críticas por parte de vários autores. Estes argumentam que o termo obscurece frequentemente as dinâmicas e os interesses capitalistas, mais do que os clarifica. Os críticos afirmam que a ideia não é nova, como demonstrado pelas causas e efeitos multidimensionais subjacentes a crises passadas - como a crise petrolífera dos anos 70 e a Grande Recessão de 2008. Adicionalmente, advertem que rotular os fenómenos como uma policrise pode levar a simplificações excessivas e a argumentos potencialmente neo-malthusianos (Sial, 2023; Kluth, 2023; Drezner, 2023).

Neste texto exploro a crescente desconexão entre a contínua hegemonia do paradigma do crescimento económico e a sustentabilidade intergeracional de bem-estar humano considerada uma das contradições centrais da atual policrise. Proponho uma agenda de investigação baseada na noção de "economias quotidianas de bem-estar", que visa, em primeiro lugar, ultrapassar a primazia do PIB (produto interno bruto) como o instrumento mais eficaz para definir, compreender, orientar e agir sobre a melhoria do futuro económico e do bem-estar humanos. E, em segundo lugar, oferecer uma nova forma de pensar e examinar as relações e os processos de constituição mútua entre o conhecimento de bem-estar quotidiano das pessoas e aquele que deriva de ortodoxias económicas institucionalizadas e convencionais.

No que se segue, começo por contextualizar brevemente a evolução de métricas e indicadores quantitativos, ilustrando como historicamente deixaram de ser apenas uma simples representação da realidade para se constituírem como um modelo prescritivo da mesma e do bem-estar humano, utilizando o PIB como exemplo fundamental. A seguir, introduzo o conceito de "economias quotidianas de bem-estar". Depois exploro três questões antropológicas centrais que demonstram a necessidade de alterar a nossa perspetiva sobre o cálculo humano de bem-estar e sustentabilidade intergeracional, e a sua potencial relevância para uma antropologia da policrise.

## O PIB e as suas críticas

A utilização de retóricas de quantificação, representações numéricas e indicadores globais como instrumentos de governança e produtores de conhecimento para definir o sucesso do bem-estar humano e das políticas sociais é um fenómeno histórico. É marcado pelo aparecimento das estatísticas como elemento central de autodefinição nacional e do comércio nacional nos séculos XVIII e XIX (Porter 1995; Desrosieres 1993) e pela mais recente crescente proeminência do indicador do PIB (produto interno bruto) como principal bússola política para um maior crescimento económico e bem-estar social. No entanto, a excessiva dependência histórica em indicadores quantitativos para definir, valorar e avaliar o bem-estar social e individual, bem como a sua crescente influência na conceção, planeamento e execução das políticas sociais nacionais e supranacionais, não conseguiu responder às expectativas da cidadania de maior capacidade de satisfação de necessidades humanas fundamentais de modo a assegurar vidas sustentáveis ao longo de gerações. Em vez disso, o aumento de padrões de desigualdade social e económica, as crises de reprodução social, o desmantelamento das expectativas intergeracionais de mobilidade social, os níveis crescentes de insegurança alimentar, e a recente "crise do custo de vida" moldam as vidas de grande parte da população europeia, e não só, contribuindo em conjunto para uma falta de sustentabilidade de bem-estar.

O surgimento e a proeminência global generalizada da medida do PIB como guia para o florescimento e prosperidade humana representam um caso ilustrativo de como a quantificação, as representações numéricas e as tecnologias de medição passaram historicamente de meras descrições da realidade para modelos prescritivos da realidade e do comportamento de bem-estar humano. A vontade dos governos nacionais de contabilizar a produção e o rendimento nacionais surgiu na sequência da Grande Depressão de 1929. Nos Estados Unidos, na década de 1930, Simon Kuznets elaborou um relatório sobre as contas nacionais que serviu de base para a conceção de prestações sociais destinadas a atenuar os custos sociais e humanos do desemprego em massa, da pobreza e da miséria. No entanto, tal como elaborado por Kuznets (1941), o Produto Interno Bruto foi concebido para servir como um auxiliar quantitativo na produção, planeamento e implementação de políticas sociais e não como um instrumento prescritivo associando elevado crescimento económico a um maior bem-estar humano. O processo histórico através do qual a definição de bem-estar humano e de welfare passou a ser determinada pelo crescimento económico, definido pelo indicador PIB, foi moldado principalmente pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial e pela necessidade do governo dos EUA de planear a produção em tempos de guerra. Após o fim da II Guerra Mundial, o crescimento do PIB passou a ser o principal objetivo da atividade económica. Ou seja, o indicador do PIB foi-se divorciando cada vez mais do objetivo do bem-estar humano, sendo antes um modelo prescritivo para a globalização do crescimento económico e para a produção da procura.

Desde a década de 1970, várias organizações e estudos académicos têm salientado a importância de separar o crescimento do PIB do bem-estar humano e das políticas sociais. O influente trabalho do Clube de Roma, em 1972, salientou que o crescimento económico perpétuo era incompatível com a preservação dos limites ambientais e com a garantia do bem-estar da maioria da população (Meadows et al., 1972). Este trabalho inspirou um corpo crescente de literatura que desafia a ideia de que o crescimento contínuo é a solução definitiva para questões sociais, políticas e ambientais (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2010; Latouche, 2009; Fioramonti, 2013; Coyle, 2014; Philipson, 2015; Masood, 2016; Lepenies, 2016; Pilling, 2018; Hoekstra, 2019). Estes trabalhos têm como objetivo consciencializar para as limitações da quantificação, das representações numéricas e das medições no desenvolvimento na implementação de políticas sociais que garantam os meios de subsistência das gerações futuras. Desde as primeiras críticas à utilização de estatísticas como ferramentas de governação, as sugestões apresentadas por académicos em várias áreas de estudos, como os estudos do desenvolvimento ou a economia feminista, demonstram um desejo de ir além da simples quantificação do bem-estar humano e, em vez disso, incluir dimensões de bem-estar e florescimento humano que não podem ser facilmente medidas ou comensuráveis (Max-Neef, 1991; Benería, 2003; Fraser, 2016; Mezzadri & Fan, 2018; Sen, 1985; Nussbaum, 2000).

A resiliência do paradigma de crescimento económico contínuo, tal como medido pelo PIB, na formulação de políticas públicas, apesar das críticas que o associam à degradação ambiental, à desigualdade e ao declínio do bem-estar, é em si mesmo algo que tem sido alvo de investigação por parte de diversas ciências sociais. Estudiosos atentos às políticas do crescimento económico argumentam que a prioridade dada à expansão do PIB não é meramente uma questão de lógica económica, mas está profundamente enraizada nas instituições políticas, nas estruturas de poder e em processos ideológicos. Assim, vários fatores são apontados como relevantes para compreender como o crescimento continua a ser um imperativo na conceção, planeamento e execução de políticas públicas. Estes fatores incluem: a mobilização governamental do crescimento económico como instrumento de legitimidade política (Schmelzer, 2016); o modo vigoroso como a medição do crescimento económico está incorporada em instituições políticas, como a OCDE; o FMI e o Banco Mundial (Mazzucato, 2018); o poder das elites económicas e dos interesses capitalistas na sustentação de um modelo económico fundamentalmente orientado para o crescimento económico (Harvey, 2005); o medo da estagnação e da crise, com os decisores políticos a associarem frequentemente o baixo crescimento à instabilidade, e a forma como a ideologia do crescimento está profundamente enraizada nas expectativas sociais de progresso, sucesso e prosperidade (Latouche, 2009). Em geral, apesar das fortes críticas ao paradigma do crescimento económico contínuo, este persiste porque serve múltiplas funções políticas, económicas e ideológicas.

Em síntese, até o presente já foram salientadas algumas limitações e falhas críticas da medida do PIB: O PIB não tem em conta a distribuição desigual do rendimento e da riqueza; subestima o valor do trabalho não remunerado e dos cuidados, bem como uma vasta gama de serviços intangíveis; não aborda a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos e, fundamentalmente, não é um bom indicador de bem-estar e provisão social (Waring, 1988; Daly e Cobb, 1989; Stiglitz, J. et al. 2010; Coyle, 2014; Philipsen, 2015). O cálculo humano de bem-estar e da sustentabilidade intergeracional dos meios de subsistência continua refém de um indicador contestado, mas poderoso, que não consegue incorporar a produção multidimensional, a experiência e as complexidades contextuais que determinam e impulsionam todos os dias experiências intergeracionais bottom-up que visam vidas sustentáveis. O que não se enquadra na análise quantificada do bem-estar e nos modelos de políticas sociais é excluído, invisibilizado e privado de valor teórico.

### Economias quotidianas de bem-estar

Uma breve história das medidas de bem-estar para além do PIB poderia começar com a introdução do *Gross National Happiness* (GNH) em 1972, no Butão. O rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, rejeitou o PIB como medida de desenvolvimento e introduziu o GNH, sublinhando a importância da preservação cultural, da conservação ambiental e do bem-estar geral. Em 1989, os economistas Herman Daly e John Cobb introduziram o *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISEW), que ajusta o PIB aos custos ambientais e à desigualdade de rendimentos. Seguiu-se a introdução do *Happy Planet Index* (HPI) em 1989 pela *The New Economics Foundation*. Centrado na sustentabilidade, o HPI mede o bem-estar a par da pegada ecológica, deslocando a atenção para a felicidade sustentável. Mais recentemente, em 2008, surgiu a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi sobre o bem-estar. Liderada pelos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, esta comissão concluiu que o PIB é insuficiente e apelou à adoção de medidas mais amplas de bem-estar, influenciando a elaboração de políticas a nível mundial. Em 2011, a OCDE lançou o *Better Life Index* (BLI). Desenvolvido pelo *Social Progress Imperative*, o SPI exclui totalmente os dados económicos, centrando-se na saúde, na educação e nas

oportunidades. Finalmente, em 2015, a adoção dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU marcou uma mudança global para uma abordagem de bem-estar multidimensional, abordando fatores económicos, sociais e ambientais. Embora as medidas alternativas de bem-estar vão para além do PIB, incorporando dimensões sociais, ambientais e psicológicas, continuam a não conseguir captar a natureza complexa, culturalmente específica e negociada do bem-estar humano. Com base num projeto antropológico em curso, proponho uma mudança de perspetiva na compreensão do cálculo humano de bem-estar e sustentabilidade dos meios de subsistência, a partir do conceito original de "economias quotidianas de bem-estar". Este conceito visa fornecer uma bússola para conectar o conhecimento incorporado pelas pessoas às intervenções de política social que vão além do imperativo de crescimento económico. Defino o conceito de "economias quotidianas de bem-estar" como englobando as práticas histórica e localmente informadas, as éticas normativas dos modos de subsistência e os argumentos de valoração vernacular, que informam a forma como os agregados familiares e os indivíduos definem e procuram satisfazer necessidades materiais e imateriais (i.e. recursos, reivindicações e direitos) necessárias para garantir a sustentabilidade intergeracional dos meios de subsistência, especialmente em conjunturas de crise. A minha definição de sustentabilidade dos meios de subsistência inspira-se na definição de *livelihood* sugerida por Chambers e Conway (1992):

*A livelihood comprises the capabilities, assets (stores, resources, claims and access) and activities for a means of living: a livelihood is sustainable which can cope with and recover from stress and shocks, maintain or enhance its capabilities and assets, and provide sustainable livelihood opportunities for the next generation; and which contributes net benefits to other livelihoods at the local and global levels and in the short and long term. (6)*

O conceito de economias quotidianas de bem-estar baseia-se na literatura sobre economias populares, processos sociológicos de *embbedeness*, teoria da reprodução social e economia feminista para abordar as noções de escolha, agência e processos de decisão sobre provisionamento. Ao fazê-lo, coloca em foco as capacidades agenciais dos seres humanos e as qualidades socialmente embebidas das suas respostas e projetos económicos quotidianos na procura de sustentabilidade intergeracional dos meios de subsistência em conjunturas de crises cumulativas (Narotzky & Besnier, 2014; Polanyi, 1944; Mingione, 1991; Hann & Hart, 2009). As economias quotidianas de bem-estar englobam os processos de provisionamento através da economia remunerada e não remunerada, os padrões do trabalho doméstico, o desenvolvimento das capacidades humanas e a equidade de resultados, bem como a integração de pressupostos de género e de classe no raciocínio político (Ferber e Nelson, 1993; Bakker, 1994; Nelson, 1996; Beneria, 2003). Assim, o conceito de "economias quotidianas do bem-estar" convida a comparar, de forma histórica e etnográfica, as relações entre as reconfigurações económicas dos agregados familiares, as estratégias individuais de subsistência e as interações com as instituições mediadoras (estatais ou não) de provisão de bem-estar no contexto atual caracterizado por múltiplas crises.

Ao fazê-lo, o conceito de "economias quotidianas do bem-estar" visa ser um instrumento analítico e metodológico no sentido de permitir investigar aquilo que é invisibilizado pelo modelo e regime prescritivo do PIB que molda futuros macroeconómicos. Mais concretamente, as propriedades embebidas, complexas e interativas da vida económica e extraeconómica em que a maioria das pessoas realiza as suas atividades quotidianas de subsistência, investimentos relacionais e projetos de sustentabilidade intergeracional de bem-estar.

#### **Para uma antropologia da policrise**

Como referido no início deste texto, a atual conjuntura de policrise é marcada por uma contradição fundamental representada pela contínua hegemonia do paradigma de crescimento económico contínuo, expresso pela métrica do PIB - que contribui para a produção e reprodução de crises capitalistas cumulativas - e as capacidades das pessoas comuns de satisfazerem necessidades humanas básicas e investirem em projetos de sustentabilidade de bem-estar intergeracionalmente. Partindo do conceito de economias quotidianas de bem-estar, que visa analisar conjuntamente as determinantes contextuais, materiais e morais da experiência, produção, negociação e conceptualização de bem-estar e sustentabilidade intergeracional, no seio de, e através de diversas escalas reguladoras da provisão social, nesta secção exploro três questões antropológicas fundamentais. Estas visam enfatizar a relevância de integrar diferentes escalas de análise de bem-estar de modo a potenciar uma visão mais holística das relações e dos fatores de causalidade interrelacionados que moldam: a) a geografia desigual de alocação e distribuição de recursos conducentes a resultados positivos de bem-estar; b) as lógicas morais e de valoração que informam as estratégias através das quais as pessoas negociam possibilidades antagónicas com vista a garantir vidas sustentáveis ao longo de gerações; e c) o fosso entre o conhecimento, as práticas e as lógicas de bem-estar quotidianas das pessoas e aquelas que orientam as premissas de ortodoxias económicas institucionalizadas.



As crises que enfrentamos atualmente, incluindo as alterações climáticas, a insegurança alimentar, a ascensão de políticas autoritárias, o esgotamento de recursos, a crescente desigualdade, a degradação ambiental, a diminuição da mobilidade social intergeracional e o enfraquecimento das redes de segurança do Estado-providência, devem ser compreendidas como resultado da relação complexa entre histórias locais, trajetórias de desenvolvimento institucional contingentes e mudanças sistêmicas globais. Assim, a primeira questão que importa explorar é: *como interagem a história local e as mudanças geopolíticas globais para produzir percursos de desenvolvimento nacional diferenciados de provisão de bem-estar e quadros de proteção social na atual conjuntura de policrise?* Esta questão aponta para a necessidade de estarmos conscientes de que a capacidade das pessoas para satisfazerem as suas necessidades (materiais e imateriais) e fazerem investimentos intergeracionais visando a melhoria dos meios de subsistência e condições de vida é potenciada ou restringida por escalas diferenciadas de regulação baseadas na história local e em dinâmicas de poder estrutural (Wolf, 1982; Mintz, 1985). Por exemplo, os países do sul da Europa, nomeadamente Espanha, Itália, Grécia e Portugal, partilham um modelo de bem-estar familialista semelhante, mas têm modelos de integração temporalmente diferenciados na geopolítica mais ampla da UE e trajetórias de desenvolvimento nacional distintas, no que se refere à provisão centralizada de bem-estar estatal. Este último aspeto informa a forma como as pessoas negoceiam a prática e a conceção de economias quotidianas de bem-estar e pode revelar como assimetrias de poder no Sul da Europa moldam a conceção e a implementação das políticas sociais que visam mitigar os efeitos de crises cumulativas.

Em contraste com a economia convencional, que domina a teoria e as políticas sociais de bem-estar, a antropologia, a economia feminista crítica, a sociologia e algumas tradições económicas heterodoxas registaram desde cedo evidências empíricas e históricas relativas à impossibilidade humana de uma esfera delimitada de transações económicas que operam no âmbito de um mercado universal autorregulado, povoado por uma multiplicidade de sujeitos que são todos um derivado invariável do paradigma do *homo economicus*. As primeiras críticas antropológicas de Bronislaw Malinowski (1922) ou de Marshall Sahlins (1972) lançaram as bases para a emergência de uma abordagem teórica e metodológica substantivista (Polanyi, 1957) das economias humanas, que contesta a pretensa universalidade dos mercados capitalistas modernos ou modalidades e instituições a-históricas invariantes que regulam os sistemas de aprovisionamento ao longo do tempo. Mais recentemente, a antropologia económica expandiu estas críticas em importantes direções teóricas e metodológicas: a) ao salientar a importância de considerar a relação mutável entre os significados originais da *oikonomia* e as suas transformações históricas em processos de desenvolvimento desiguais que operam simultaneamente às escalas local e global e produzem várias possibilidades de economias humanas (Hann & Hart, 2011); e, b) pela forma como as economias populares (grass-roots economies), que englobam práticas de procura de meios de subsistência, valores relacionais e redes sociais de investimento, contestam, acomodam e negoçiam políticas, significados e modelos macroeconómicos (Narotzky, 2020).

Estes contributos apontam para a adoção de uma definição de economia, transações económicas e valor económico que não está contida nos modelos quantificados de economia que sustentam a economia do bem-estar dominante orientada para o crescimento. Em vez disso, é necessário encarar a economia como uma realidade histórica e moralmente embebida, que determina (mas não anula por completo) a capacidade das pessoas de atuarem como produtoras de bem-estar e de projetarem caminhos de sustentabilidade de bem-estar dependentes do contexto. Esta noção de agência económica e de cálculo humano de bem-estar afasta-se do paradigma do *homo economicus*, na medida em que os agentes humanos não se reduzem constantemente a agentes racionais maximizadores, cujas preferências e interesses próprios orientam as suas escolhas entre meios escassos para atingir um objetivo específico. Em vez disso, permite-nos adotar uma noção de agência económica e de cálculo humano de bem-estar como o resultado de processos relacionais e negociados no contexto de acesso desigual a recursos essenciais de subsistência e a instrumentos de reivindicação. Permite-nos ainda destacar o agregado familiar e os contextos domésticos, como unidade central da análise empírica, seguindo a abordagem de provisionamento social desenvolvida pela economia feminista. Esta última enfatiza que a economia não se limita às atividades de mercado, mas abrange também as ações das pessoas na procura de meios de subsistência, que incluem o trabalho assalariado e os cuidados não remunerados prestados a crianças, idosos ou familiares doentes (Power, 2004; Nelson, 1993).

O agregado familiar, ou contexto doméstico, assume uma centralidade absoluta no acesso à forma como o bem-estar é produzido, consumido e direcionado para investimentos de reprodução social dentro ou fora da esfera do mercado. Considerar o agregado familiar e os contextos domésticos como locais de aprovisionamento, cooperação e conflito permite também identificar as desigualdades no trabalho, na tomada de decisões e na afetação de recursos dentro da família. Isto é, permite realçar as diferenças de poder entre os membros do agregado familiar, que potenciam motivações divergentes (por exemplo, o interesse próprio, a preocupação com os outros ou o bem comum), produzindo formas de constrangimento na produção de bem-estar e formas de cooperação que podem favorecer ou constranger a distribuição equitativa de recursos de bem-estar. A crítica feminista desafia as fronteiras fixas entre as esferas produtivas e improdutivas, o público e o privado, o mercado e o agregado familiar, chamando a atenção para a forma como a porosidade entre esferas de subsistência pode constituir um desvio ou uma continuação na produção e reprodução das desigualdades de género (Waring, 1988; Ferber e Nelson, 1993; Power, 2004; Feiner et al., 1995).

Partindo de uma noção expansiva de economia, e tomando o contexto doméstico como unidade central de análise, a segunda questão antropológica que importa é a seguinte: *em conjunturas de crises cumulativas, ou polícrise, quais são as respostas económicas e os mecanismos de aprovisionamento dos agregados familiares e dos indivíduos para a definição e satisfação das suas necessidades materiais e imateriais e projetos de bem-estar?* Esta questão enfatiza o imperativo de compreender a forma como as necessidades humanas, os investimentos e os projetos de bem-estar são produzidos e satisfeitos, por quem, em que condições de poder e relações hierárquicas, e como os seus significados são negociados e estabelecidos; e também a relevância de mapear como as trajetórias individuais afetam os projetos de meios de subsistência e de bem-estar, bem como as práticas de direitos e reivindicações. Para além

disso, aponta para a importância de identificar os entendimentos partilhados e as discontinuidades geracionais relativamente aos padrões culturais de dependências recíprocas, obrigações morais e apoio mútuo que moldam os processos de tomada de decisões de bem-estar e a sustentabilidade dos meios de subsistência. Isto é, enfatiza a necessidade de identificar o que informa diferentes juízos de valor e as lutas de valoração para moldar as compensações de bem-estar e os investimentos intergeracionais na melhoria dos meios de subsistência. Em síntese, o foco empírico e analítico nas reconfigurações que ocorrem em agregados familiares e contextos domésticos, ou economias vernaculares de um modo mais amplo, em conjunturas de crise, permite-nos aceder a uma perspetiva processual sobre a relação entre economia, agência e cálculo humano de bem-estar social. Contudo, com vista a um maior entendimento sobre a interação entre economias vernaculares e instituições de provisão social em conjunturas de crise, importa inquirir: *como é que as famílias, agregados domésticos e indivíduos negociam as lógicas morais e os quadros de valores subjacentes aos seus projetos de bem-estar e os das instituições mediadoras de provisão social?* Esta questão sublinha a necessidade de identificar as lógicas de regulação social subjacentes às ações levadas a cabo por

aqueles que trabalham em instituições de provisão de bem-estar, os valores morais e sociais mobilizados para legitimar as suas ações e a forma como os seus entendimentos em relação ao bem-estar se baseiam (ou não) em premissas económicas convencionais. Em última instância, esta questão acentua a importância de captar as relações e os processos de constituição mútua entre o conhecimento quotidiano do bem-estar das pessoas e as ortodoxias económicas institucionalizadas. Os principais modelos económicos e de política sociais de bem-estar tendem a ser sustentados por uma conceção unilinear de valor ditada pelo preço. O PIB contabiliza determinados valores, nomeadamente os bens e serviços produzidos na esfera do mercado e valorizados em conformidade. Enquanto principal indicador do crescimento económico e do bem-estar da sociedade, o PIB cresce e reproduz um instrumento de comensurabilidade e de valorização que se reduz à troca no mercado. Tal como o senador Robert Kennedy já referiu nos anos 60, “o PIB mede tudo, exceto o que faz com que a vida valha a pena ser vivida”. Neste sentido, é imperativo adotarmos uma noção processual de valor e valorização para abordar a forma como as pessoas negociam diferentes quadros e regimes de valor nas suas atividades quotidianas de bem-estar (Elson, 1979; De Angelis, 2007; Collins, 2017; Franquesa, 2018).

1- O projeto intitula-se *Everyday Worlds of Welfare: a comparative study of human needs, livelihood sustainability and social policy in Southern Europe*, e é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (<https://sciproj.pt/cris.pt/8368EEC>).

## Conclusão

Como referido no início deste texto, a conjuntura atual de policrise é, como evidenciado por inúmeras pesquisas etnográficas, marcada por uma desconexão, com severas implicações sociais e humanas, entre a contínua hegemonia do paradigma do crescimento económico, medido pelo PIB, e as capacidades reais das pessoas de satisfazerem necessidades humanas básicas e investirem em projetos intergeracionais de bem-estar e sustentabilidade. Ao longo do texto demonstrei como historicamente, métricas como o PIB, deixaram de ser apenas representações da realidade para passarem a ser modelos prescritivos de como conceber e imaginar futuros macroeconómicos, baseados na busca contínua do crescimento económico em detrimento do imperativo da satisfação de necessidades humanas básicas conducentes a vidas sustentáveis. Isto é, vidas que conseguem recuperar de choques no presente e projetarem melhorias de condições de vida para futuras gerações. Introduzi o conceito de economias quotidianas de bem-estar como forma metodológica e analítica para articular o conhecimento quotidiano, histórico e socialmente embebido das pessoas e as modalidades dominantes da economia convencional de como conceber o cálculo humano de bem-estar e políticas sociais orientadas para o bem-estar. De seguida abordei três questões centrais antropológicas que demonstram que uma abordagem bottom-up às noções de agência económica, cálculo humano de bem-estar e vidas sustentáveis permite ultrapassar algumas das limitações que moldam a economia do bem-estar orientada para o crescimento económico infinito, incluindo: a) uma definição limitada de economia sustentada por instrumentos de quantificação e individualismo metodológico; b) uma perspetiva redutora sobre a relevância do agregado familiar/contexto doméstico como unidade empírica de análise; c) uma visão moldada por fronteiras artificiais entre atividades produtivas e improdutivas; e, d) uma perspetiva unidimensional do valor em detrimento dos múltiplos regimes de valor que moldam as buscas de bem-estar das pessoas.

Como conclusão sugiro que esta abordagem bottom-up às noções de agência económica, cálculo humano de bem-estar e vidas sustentáveis é indispensável para uma potencial antropologia da policrise por três razões fundamentais. A primeira, impedir que a noção de policrise se torne apenas um dispositivo narrativo sem poder explanatório face ao modo como dimensões contingentes interagem com realidades históricas específicas e mudanças globais sistémicas, e que, em última instância, produzem e reproduzem uma geografia desigual de crises e de capacidades individuais e coletivas de responder aos efeitos das mesmas. A segunda razão, prende-se com a necessidade de não assumir a priori uma definição rígida do que constitui uma crise, ou várias crises, mas antes inquirir como a reconfiguração de estratégias de subsistência a várias escalas de provisão (e.g. agregado doméstico, bairro, trajetória individual, família, comunidade) confrontam os efeitos das mesmas, e ao fazê-lo reproduzem ou transformam os significados e definições dominantes sobre as causas, efeitos e soluções para a crise ou as crises. Por fim, uma antropologia da policrise é tanto mais robusta quanto conseguir revelar como indivíduos, famílias, agregados domésticos e comunidades acomodam ou contestam, nas suas interações quotidianas com burocracias de provisão social, as premissas de valoração que sustentam visões dominantes sobre como conceber o que é a economia e quais devem ser as suas prioridades. Isto é, refiro-me à relevância de atribuir valor teórico e político ao modo como as pessoas

exprimem, e também muitas vezes experimentam, entendimentos alternativos sobre o que faz uma economia funcionar, quais devem ser as suas propriedades para superar choques sistémicos e crises conjunturais, e qual a melhor forma de conceber e implementar políticas sociais. Dito de outro modo, uma antropologia da policrise deve estar atenta ao modo como as pessoas comuns, nos seus quotidianos domésticos, de trabalho e interação com várias organizações de provisão social, são orientadas por um cálculo humano de bem-estar e sustentabilidade intergeracional assente em projetos de revalorização que, em algumas circunstâncias, desafiam e contestam o primado do crescimento económico infinito, ditado pela métrica do PIB, como principal indicador do bem-estar da sociedade e da economia.



**Referências bibliográficas**

Bakker, I. (1994). The Strategic Silence. Londres: Zed Books.

Beneria, L. (2003). Gender, Development and Globalization: Economics as if all People Mattered. Londres: Routledge.

Chambers, R. & Conway, G. (1992). Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century. IDS Discussion Paper No 296. Institute of Development Studies.

Collins, J. L. (2017). The Politics of Value. Chicago: The University of Chicago Press.

Coyle, D. (2014). GDP: A Brief but Affectionate History. Princeton: Princeton University Press.

Daly, H E. e John B. Cobb. (1989). For the Common Good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future. Boston: Beacon Press.

De Angelis, M. (2007). The Beginning of History: value struggles and global capital. Londres: Pluto Press.

Desrosières, A. (1998 [1993]). The Politics of Large Numbers. Harvard: Harvard University Press.

Drezner, D. (2023, Janeiro 28). Are we headed toward a ‘polycrisis’? The Buzzword of the Moment Explained. Vox.Com. URL: <https://www.vox.com/23572710/polycrisis-davos-history-climate-russia-ukraine-inflation>.

Elson, D. (1979). Value: the representation of labour in capitalism. Londres: Verso.

Ferber, M. A. & Julie A. Nelson. (1993). Beyond Economic Man. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Fioramonti, L. (2013). Gross Domestic Problem: The Politics behind the World’s Most Powerful Number. Londres: Zed Books.

Franquesa, J. (2018). Power Struggles: Dignity, Value, and the Renewable Energy Frontier in Spain. Bloomington, IN: Indiana University Press.

Fraser, N. (2016). Contradictions of Capital and Care. New Left Review, 100: 99–117.

Hann, C. & Keith Hart. 2011. Economic Anthropology. History, ethnography, critique. Londres: Polity.

Harvey, D. (2005). A Brief History of Neoliberalism. Oxford: Oxford University Press.

Hoekstra, R. (2019). Replacing GDP by 2030: Towards a Common Language for the Well Being and Sustainability Community. Cambridge: Cambridge University Press.

Kluth, A. (2023, Janeiro 21). So we’re in a polycrisis. Is that even a thing?. The Washington Post. URL: [https://www.washingtonpost.com/business/so-were-in-a-polycrisis-is-that-even-a-thing/2023/01/21/cf05856e-9963-11ed-a173-61e055ec24ef\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/business/so-were-in-a-polycrisis-is-that-even-a-thing/2023/01/21/cf05856e-9963-11ed-a173-61e055ec24ef_story.html).

Feiner, S. et al. (1995). Out of the Margin: feminist perspectives on economics. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Kuznets, S. (1941). National Income and Its Composition 1919–1938. Nova York: Nacional Bureau of Economic Research.

Latouche, S. (2009). Farewell to Growth. Cambridge, UK: Polity.

Lawrence, M. et al. (2022). What is a global polycrisis? Version 2.0. Discussion Paper 2022-4. Cascade Institute.

Lepenes, P. (2016). The Power of a Single Number: A Political History of GDP. Nova York: Columbia University Press.

Malinowski, B. (2014 [1922]). Argonauts of the Western Pacific. Londres: Routledge.

Max-Neef, M. A. (1991). Human Scale Development. Nova Iorque e Londres: The Apex Press.

Mazzucato, M. (2018). The Value of Everything. Londres: Penguin.

Meadows, D. et al. (1972). The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind. Nova York: Universe Books.

Mezzadri, A. e Fan. L. 2018. ‘Classes of Labour’ at the Margins of Global Commodity Chains in India and China. Development and Change, 49 (4): 1034–63.

Mingione, E. (1991). Fragmented Societies.

A Sociology of Economic Life Beyond the Economic Paradigm. Oxford: Blackwell.

Mintz, S. (1985). Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History. Nova Iorque: Penguin Books.

Morin, E. e Kern, A. B. (1999). Homeland Earth: A manifesto for the New Millennium. Nova York: Hampton Press.

Narotzky, S. & Niko Besnier. (2014). Crisis, Value, Hope: Rethinking the Economy. Current Anthropology, 55 (9): 4-16.

Narotzky, S. (2020). Grassroots Economies. Londres: Pluto Press.

Nelson, J. (1996). Feminism, Objectivity and Economics. Londres: Routledge.

Nelson, J. A. (1993). The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In M. A. Ferber & J. A. Nelson (Orgs.), Beyond Economic Man (pp. 23-36). Chicago, IL: University of Chicago Press.

Nussbaum, M. (2000). Women and Human Development: The Capabilities Approach. Cambridge: Cambridge University Press.

Philipsen, D. (2015). The Little Big Number: How GDP Came to Rule the World and What to Do about It. Princeton: Princeton University Press.

Pilling, D. (2018). The Growth Delusion: Wealth, Poverty, and the Well- Being of Nations. Nova York: Tim Duggan Books.

Polanyi, K. (1944). The Great Transformation. Boston: Beacon Press

Polanyi, K. 1957. The Economy as Instituted Process. In K. Polanyi, C. M. Arensberg, & H. W. Pearson (Orgs.), Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory (pp. 243-270). The Free Press, Glencoe, Illinois.

Porter, T. M. (1995). Trust in Numbers. Princeton: Princeton University Press.

Power, M. (2004). Social provisioning as a starting point for feminist economics. Feminist Economics, 10 (3): 3-19.

Sahlins, M. (1972). Stone Age Economics. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.

Sen, A. (1985). Commodities and Capabilities. Oxford: Oxford University Press.

Schmelzer, M. (2016). The Hegemony of Growth. Cambridge: Cambridge University Press.

Sial, F. (2023, Janeiro 27). Whose polycrisis?. Developing Economics. URL: <https://developingeconomics.org/2023/01/27/whosepolycrisis/>.

Stiglitz, J. E., Amartya, S. e Jean-Paul Fitoussi. (2010). Mismeasuring Our Lives: Why GDP Doesn’t Add Up. Nova York: New Press.

Tooze, A. (2022, outubro 28). Welcome to the world of the polycrisis. Financial Times.

Waring, M. (1988). If Women Counted. London: Palgrave Macmillan.

Wolf, E. (1982). Europe and the People without History. Berkeley, CA: University of California Press.